

O próximo acordo da dívida externa com os bancos privados não encerrará apenas a crise de onze anos entre o Brasil e a comunidade financeira internacional. O acordo remove mais um argumento demagógico da cena política brasileira. A dívida perderá a função de bode expiatório da incapacidade nacional de resolver os seus problemas. Desde a eclosão da crise, detonada pela moratória do México, em agosto de 1982, a retórica da esquerda e dos demagogos da política brasileira apontou a dívida como a responsável pelas desgraças nacionais.

Tudo era pretexto para justificar a moratória brasileira, na pretensão de que, ao livrar-se do pagamento do principal da dívida e dos seus pesados encargos, o Brasil encontraria recursos para retomar o crescimento. O ex-presidente José Sarney ouviu o canto da sereia e usou a moratória da dívida como válvula de escape para justificar, em fevereiro de 1987, o malogro do Plano Cruzado.

A história econômica do país já demonstrou — pela palavra dos economistas do Cruzado — que o seu insucesso decorreu, sobretudo, da manipulação política do Plano, com o objetivo de enganar a opinião pública e perpetrar o estelionato eleitoral de novembro de 1986.

Mas a história parece não servir de lição aos políticos brasileiros. Os mesmos que esqueceram, no passado, de atribuir ao ingresso de recursos externos — que formaram a dívida — a responsabilidade pelo *milagre brasileiro* e, depois, no governo Geisel, da formação da indústria de substituição de importações, estão tentando tirar uma vantagem política do acordo definitivo de renegociação da dívida até 30 anos.

O acordo seria mais fácil com o apoio tácito do FMI ao programa de saneamento das finanças públi-

cas e de estabilização da economia brasileira. O apoio do FMI se materializaria num empréstimo para o Brasil adquirir o volume de títulos do Tesouro americano exigido na renegociação. Diante da demora para apresentação e votação do plano de estabilização pelo Congresso, o governo brasileiro tratou de criar condições próprias para o fechamento do acordo, com ou sem FMI.

Desde novembro, o Brasil vinha comprando títulos do Tesouro dos Estados Unidos no *open market* americano. Utilizou-se, para isso, de um grupo de *brokers* e *dealers* autorizados a operar no mercado aberto de Nova Iorque. As operações eram feitas dentro do maior sigilo para não esfriar o empenho do diretor-gerente do FMI, Michel Camdessus, no seu apoio ao fechamento do acordo com o Brasil; e evitar a alta dos títulos. Tudo dentro da mais perfeita lógica de mercado.

Entretanto, da mesma forma que os corretores de Nova Iorque cobram comissões de corretagem — como no Brasil, na Europa, no Japão e na Rússia — alguns políticos enxergaram na negociação o último filão para garimpar dividendos eleitorais, sobretudo para constranger a candidatura presidencial do ministro Fernando Henrique Cardoso.

A clareza da exposição do ministro, com a assessoria do presidente do Banco Central e negociador da dívida, Pedro Malan, esvaziou todas as maquinações em torno do assunto. Até porque, o bom senso indicaria que o país pode economizar com a retomada dos empréstimos e a redução dos *spreads* referentes ao risco Brasil várias vezes mais que o que teria sido pago em comissões de corretagem. Os que usavam a dívida como palanque eleitoral vão ter de encontrar outro inimigo externo.